

CONTRIBUIÇÃO DO SETORIAL LGBTI+ PSOL/DF MARIELLE FRANCO

I - Da Conjuntura Nacional e Distrital

Brasília ainda é uma cidade extremamente violenta para LGBTI+s. A unidade federativa que abriga a capital do País ainda não pode ser reconhecida como um espaço de respeito à dignidade das pessoas LGBTI+s. Esse é um fato que pode ser demonstrado por meio das ocorrências de violência e assassinatos perpetrados contra os nossas companheiras e companheiros. Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, apenas nos 4 meses iniciais de 2019, 31 ocorrências de violência contra LGBTI+s já haviam sido registradas.¹

O contexto de violência se aprofunda e se radicaliza quando se trata da população trans e travesti, vítimas da mais cruel marginalização e do abandono das políticas públicas do estado. O ano de 2020 já se inicia de forma violenta com o assassinato de Ana Clara Lima, na Via W3 Norte.² Segundo a ANTRA, o número de assassinatos registrados contra pessoas trans, no ano de 2019, em todo o país foi de 124. Apesar da aparente diminuição, com relação aos dois anos anteriores, a entidade indica a subnotificação como uma das causas desse decréscimo.³

A violência LGBTfóbica tem se agravado com a radicalização do discurso de ódio proveniente das fileiras da extrema direita. O projeto de poder que alcançou a vitória nas urnas, com a eleição de Bolsonaro, legítima, por meio dos aparelhos estatais e privados (principalmente as igrejas neopentecostais e setores da Igreja Católica) a violência e o ódio contra os LGBTI+s. Essa ideologia segregacionista reforça e autoriza a necropolítica praticada pelo grupo de Bolsonaro, com o apoio de autoridades da Igreja e outros defensores do conservadorismo na política, nas instituições públicas e no estado. Ao lado de e com o apoio desse condomínio do ódio, o atual Governo Federal tem promovido de forma sistemática o assassinato social, cultural e físico da população LGBT. As suas principais estratégias são o refreamento e a redução das políticas públicas voltadas para a proteção dessa população bem como a censura de sua expressão artística e cultural. Foram

1

<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/05/21/preconceito-contra-lgbts-df-registra-31-ocorrencias-em-quatro-meses.ghtml>

2

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/01/18/interna_cidadesd_f,821519/video-mostra-transexual-assassinada-na-w3-ferida-e-em-busca-de-socorro.shtml

³ BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim (orgs.). Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

vários os episódios de discriminação direta contra LGBTI+s na política cultural e mesma na publicidade dos órgãos do governo.

Nesse sentido, as estratégias da extrema direita para disseminar o discurso do ódio contra as LGBTI+s se dividem em diferentes flancos. O conservadorismo moral e o fundamentalismo religioso reúnem vários setores da sociedade em torno desse propósito. O ambiente virtual, por sua vez, é onde a extrema direita opera suas milícias digitais, compartilhando e espalhando notícias falsas, incentivando ataques a defensores de direitos humanos e representantes de minorias sexuais, étnicas e religiosas, dentre outras.

Um das principais vítimas desse processo criminoso foi o ex-Deputado Federal Jean Wyllys, que teve sua imagem e sua trajetória política atacadas por meio de *Fake News* e ameaças virtuais. A perseguição e a violência política foram tamanhas, que culminaram no exílio forçado de Jean. Diante desse cenário, infelizmente o PSOL não atuou de forma satisfatória na mitigação dos danos experimentados por Jean, e sequer prestou o suporte material e moral necessários nesse evento tão traumático da vida pública e privada daquele que é um dos nossos mais aguerridos militantes LGBTI+.

Sabemos que é por meio da violência política e da intimidação que os condomínios do ódio agem, sistemática e estruturalmente no ataque a defensores de direitos humanos e minorias. Caso o PSOL não adote políticas substanciais de apoio e de suporte aos seus militantes e candidatos LGBTI+s, a estratégia de opressão da extrema direita em desfavor das minorias sexuais poderá ocasionar a perda e o distanciamento de muitos de nossos companheiros.

No âmbito do Distrito Federal essa realidade se repete em contornos e práticas por meio dos arroubos autoritários do Governador Ibaneis. Estratégias como a militarização das escolas reforçam o caráter homogeneizante e higienista desse governo, marginalizando aqueles que não podem seguir seus padrões mirrados. O referido projeto leva à cabo a discriminação contra pessoas LGBTs nos espaços escolares, que muitas vezes carregam nos seus corpos as expressões que as caracterizam como tais. Nesse contexto, uma forte carga de racismo se intersecciona à LGBTfobia institucionalizada das escolas militarizadas, as violações se traduzem em proibições a determinadas vestimentas étnicas e religiosas, comumente utilizadas pelos povos de terreiro, além da impossibilidade de se ostentar acessórios e até um corte de cabelo que não o permitido pelo regulamento.

O poder legislativo distrital, por sua vez, é ocupado pelo mesmo conservadorismo, que busca se apropriar dos espaços de debate democrático e laico para impor regras e costumes morais peculiares às suas religiões e modos de vida no processo de elaboração e criação de legislação e políticas públicas para o DF. Mais uma vez se percebe a interferência de instituições religiosas neoliberais em assuntos que dizem respeito à toda a população do DF, o que não raro se consubstancia na invisibilização da população LGBT e

na naturalização da violência LGBTfóbica. Não obstante esses espaços tenham sido negados aos LGBTs por muitos anos, é histórica a vitória do PSOL ao eleger seu primeiro Deputado Distrital assumidamente LGBT, fundador e presidente do partido que tem conseguido, com bastante habilidade, fazer avançar os debates para as LGBT's na Câmara Legislativa.

Ao lado dessas investidas, o Governo também ataca a população LGBT ao sufocar e restringir a produção artística com os cortes no orçamento da cultura. Ao retirar os investimentos no setor, o governo precariza a produção de cultura por artistas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgênero que vivem da arte e para a arte. Não se pode acreditar que esse movimento seja uma mera coincidência. Com diversos acenos à política de Bolsonaro, o Governador do DF reforça seu compromisso com os setores mais retrógrados e preconceituosos da sociedade brasileira.

Os acenos de Ibaneis à política de extrema direita de Bolsonaro se escancaram com seu recente veto ideológico ao projeto de lei, de autoria do Deputado Fábio Felix, que denomina a Praça Marielle Franco, logradouro público localizado no Setor Comercial Sul. Defensora de direitos humanos, bissexual, socialista, mulher negra e favelada, Marielle incorporava algumas das principais lutas do PSol, e o fazia por meio de uma corajosa oposição ao projeto de poder que as elites brasileiras representam no Brasil. Os defensores da memória e das lutas de Marielle jamais aceitarão essa tentativa arbitrária de ocultar sua memória e de vilipendiar o seu legado.

Diante do atual panorama político-social, de retrocessos aos Direitos Fundamentais e de imposição de uma ideologia opressora e segregacionista, a reafirmação intransigente do legado de Marielle representa o potencial de uma resistência que vê nas lutas do passado a possibilidade de construção de um futuro socialmente justo e materialmente igual para grupos minoritários historicamente marginalizados como as LGBTs.

II - Pela centralidade da pauta LGBTI+

O PSol é um partido que surgiu das lutas contra o retrocesso nos direitos sociais e humanos, nesse sentido, se colocou como uma alternativa à esquerda daqueles que negociaram os direitos das LGBTI+s e das minorias em geral em prol de um projeto de conciliação de classes e de contemporização com as forças mais reacionárias e oligárquicas que dominam o nosso país.

Por uma questão de coerência, muito cara ao PSol, não podemos aceitar que continuem negociando e barganhando os nossos direitos. Os acordos políticos condescendentes com os setores mais retrógrados não são alternativas válidas para a construção de uma política emancipatória e democrática em favor das LGBTI+s. Vimos com grande preocupação a atuação de alguns grupos internos ao partido no fortalecimento de figuras que subalternizam nossos direitos e nossa existência. Portanto, não aceitaremos a instrumentalização de nossos direitos e lutas. É plenamente possível e viável a

priorização de uma agenda que tenha compromisso com a defesa dos direitos fundamentais das LGBTI+s enquanto uma alternativa socialista, antifascista e igualitária.

A defesa dos direitos da população LGBTI+ deve ser uma das agendas prioritárias, pautando os debates internos do PSol/DF e tensionando a política intrapartidária ao encontro dessa agenda estruturante na conformação de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

A justiça social não será alcançada sem a inclusão das minorias sexuais nos processos decisórios das próprias políticas sociais que os contemplam, tendo em vista que as revoluções e os movimentos sociais foram majoritariamente protagonizados por homens brancos e heterossexuais, ao longo da história. No mesmo sentido, a construção de um PSol/DF sensível às pautas LGBTI+s passam, necessariamente, pelo empoderamento dessas pessoas na estrutura partidária.

Mesmo diante da importância do acúmulo e das conquistas das forças progressistas, há que se fazer a crítica de para quem essas conquistas foram destinadas. Vê-se que historicamente as direções políticas de partidos de esquerda subalternizaram as pautas da sexualidade e do gênero dentro do projeto socialista, e descuidaram dos militantes LGBTI+. O exílio de Jean Wyllys deve ser pensado como um problema para o partido, que deve se propor a assegurar a permanência das LGBTI+ na militância antes do esgotamento delas. É preciso que o partido como um todo também reflita sobre de que maneira a não conformidade de Marielle Franco à heteronorma tornou sua execução mais justificável aos olhos dos fascistas.

É de fundamental importância, também, que o partido reconheça os processos de transfobia institucional que cercaram a expulsão de Indianare Siqueira. Militante histórica do movimento trans organizado, a companheira Indianare foi expulsa - punição máxima - por meio de um relatório final que expôs concepções transfóbicas - porque presumem que pessoas são indignas de confiança, perigosas e violentas. É certo que vários integrantes do Diretório Nacional reviram sua posição, e reações do movimento trans, e LGBTI+ como um todo, tomaram o país, inclusive no DF. Este Setorial, por exemplo, em reuniões realizadas nos dias 24 de abril e 03 de junho de 2019, ocorridas na sede do partido, decidiu pelo envio de uma carta fechada aos membros da Executiva e do Diretório Nacional do PSOL, em que pediu a anulação da sanção aplicada. Ainda que o retorno da militante às fileiras do partido seja pouco provável, inclusive em razão do desgaste do partido junto ao movimento trans, é urgente que o partido se questione: em que outros casos houve expulsão? Por que motivos? A mão que pesa sobre as trans não pesa sobre as cis.

Mesmo diante dos impedimentos a que as LGBTI+s são submetidas nos processos políticos extra e intrapartidários, essas lideranças têm disputado arduamente a construção de mais representatividade nesses espaços político-partidários. Entretanto, muito há que ser feito. É inadmissível que um

país com uma imensa população LGBTI+ possui apenas um representante da pauta em seu parlamento.

III - Não há socialismo sem protagonismo político das LGBTI+s

O PSol tem se apresentado como oposição à política tradicional, patriarcal e sexista. A presença de parlamentares mulheres, negras e LGBTI+s tem sido fundamental para que o partido consiga pautar as demandas desses grupos vulnerabilizados no Plano Federal, nos Estados, no DF e nos municípios.

Nas eleições de 2018, o PSOL-DF, de forma inédita, buscou priorizar candidaturas LGBTI+. Lançamos Fátima Souza para governadora, a primeira candidata declaradamente lésbica ao Governo do Distrito Federal. Ela formou, junto a Keka Bagno, candidata a co-governadora, uma chapa exclusivamente feminina e feminista, buscando reforçar o protagonismo das mulheres. Com uma campanha forte e determinada, mesmo com poucos recursos financeiros e diante de um contexto de ódio e anti-política, elas alcançaram 65.648 votos (4,35%), ficando afrente de outros candidatos de esquerda como, por exemplo, de Júlio Miragaya do PT, que obteve 4,01% dos votos.

Para o legislativo, lançamos uma dobradinha LGBT, com Talita Victor disputando para deputada federal e Fábio Felix para distrital. Com uma campanha dinâmica, alegre e aguerrida, a dobradinha sagrou-se vitoriosa com a eleição de Fábio como primeiro deputado declaradamente LGBTI+ do DF, com 10.955 votos. Talita foi a candidata mais votada do PSOL-DF, com 12.376 votos, e uma das militantes lésbicas mais votadas da história do Brasil junto de Marielle Franco. Apesar da hecatombe fascista e da fraude eleitoral das fake news que colocou Bolsonaro na presidência, o PSOL conseguiu se destacar no DF como um partido que valoriza a democracia e os direitos humanos e LGBTI+, apresentando-se como uma alternativa à esquerda para o nosso povo.

Não obstante às recentes conquistas do partido, principalmente pela eleição de mulheres trans na política, nunca se fez tão necessário que as candidaturas LGBTI+s recebam apoio das legendas partidárias, dado o contexto político-social de ódio e perseguição às LGBTI+s. Nosso partido, sempre na vanguarda desse processo, deve seguir ampliando e democratizando os espaços de diálogo e de poder.

Diante das contribuições que as LGBTI+s trouxeram ao PSol, ao longo de sua história, construindo diariamente o partido e compondo suas fileiras na militância e na política institucional, é fundamental que mecanismos de incentivo às candidaturas LGBTI+s sejam garantidas nos processos eleitorais internos e externos a serem disputados.

Dessa forma, é inadiável o fortalecimento do setorial LGBTI+ do PSol/DF, por meio da destinação de recursos à sua manutenção e expansão. A valorização desse espaço passa necessariamente pela garantia de sua

autonomia financeira, de forma que lhe permita trabalhar de forma efetiva pela ampliação do partido em termos de novas filiações e de agenda política. Garantir a promoção de eventos e atos pelos direitos das minorias sexuais com o apoio dos recursos empenhados pelo partido é uma questão central no fortalecimento da mobilização política dessa população no âmbito do DF.

Além do fortalecimento do setorial, outra medida de semelhante importância e que dá continuidade ao referido processo deve ser incentivada. Trata-se da estipulação de um percentual mínimo de candidaturas LGBTI+s para as eleições externas e internas ao partido. Não há socialismo sem o protagonismo e a participação das LGBTI+s.

A construção de uma alternativa socialista no DF deve necessariamente passar pelo protagonismo das LGBTI+s na política. Nossos direitos não podem ser negociados como pautas menores ou de menos importância. O fortalecimento de candidaturas LGBTI+s e a defesa de nosso primeiro mandato distrital, conquistado em 2018, por meio de muita luta, devem ser pauta central do PSol/DF!

Assinam esta contribuição:

Alberto Luis Araujo Silva Filho

Álvaro Augusto Cerqueira Mangabeira

Anna Caroline de Araújo Lima

Arthus Steimber Okada

Camila Rodrigues

Carlos Moretti

Chico Monteiro

Daniel Oliveira Jacó - Diretório do PSOL/DF

Danielle Silva

Diego Lago

Fábio Felix Silveira - Deputado Distrital e Presidente do PSOL/DF

Henrique França

Keudson Lima Martins de Almeida

Klaus Klich

Klebson Luiz da Silva

Nelson Felipe Rodrigues Duarte

Thiago Carvalho

Tony Gigliotti Bezerra

Leonardo Domiciano

Luís Fernando Lucena de Sousa

Luiz Eduardo Sarmiento